

CONCEITOS E VALORES EM MUTAÇÃO - IMAGENS DE NAÇÃO E POVO NA LITERATURA BRASILEIRA

Terezinha Maria Scher Pereira
UFJF

Reconhecido o instinto de nacionalidade que se manifesta na obras destes últimos tempos, conviria examinar se possuímos todas as condições e motivos históricos de uma nacionalidade literária. (Machado de Assis)

"Existe uma literatura latino-americana?"

"Não me faça rir. Não existe nem mesmo uma literatura brasileira, com semelhanças de estrutura, estilo, caracterização, ou lá o que seja. Existem pessoas escrevendo na mesma língua, em português, o que já é muito e tudo. Eu nada tenho a ver com Guimarães Rosa, estou escrevendo sobre pessoas empilhadas na cidade enquanto os tecnocratas afiam o arame farpado. (...) Não dá mais pra Diadorim." (Rubem Fonseca)

Cem anos separam a publicação dos dois textos que servem de epígrafe a este trabalho. O texto seminal de Machado de Assis sobre o problema da literatura nacional foi escrito em 1873; o conto "Intestino grosso" do censurado, à época, *Feliz ano novo* de Rubem Fonseca foi escrito em plena ditadura militar em 1975.

Este conto apresenta-se como uma entrevista concedida a um repórter por um autor arrogante e cético que cobra por cada palavra pronunciada na entrevista. Este autor que não crê nem em literatura latino-americana, nem em literatura brasileira constata que estamos destruindo os bichos e as árvores das florestas tropicais: as jaguatiricas estão "virando tapetinho de banheiro" e os jacarés virando bolsa". Por isso tudo, conclui o personagem, " não dá mais pra Diadorim".

No texto de Machado de Assis, como se sabe, há a convicção de que não deve existir reserva de mercado para o temário indigenista na literatura brasileira. Os escritores, acredita Machado, não se "limitam a essa só fonte de inspiração. Os costumes civilizados, ou já do tempo colonial, ou já do tempo de hoje, igualmente oferecem à imaginação boa e larga matéria de estudo." Machado ainda lembra que a natureza americana com sua "magnificência e esplendor" também ela deverá servir de tema a poetas e prosadores. A mesma natureza que o escritor - personagem de Rubem Fonseca vê como ruína e decadência.

Nosso intuito aqui é a partir da leitura da questão da literatura nacional, pensada por Machado de Assis e do conhecido conceito de formação da literatura brasileira de Antonio Candido, refletir sobre processos de composição literária, bem como sobre alguns temas que se desenharam e foram até recorrentes na literatura brasileira como sistema. Um dos temas a que vamos nos referir é o do povo brasileiro, que volta e meia aparece com mais ou menos força, às vezes alegorizado, às vezes idealizado, mas sempre provocando questões a respeito de nossa auto-interpretação.

A tese principal de Antonio Candido sobre o processo de consolidação da literatura brasileira como um sistema pode ser interpretada da seguinte maneira: a formação da literatura entre nós só se consolida nos séculos XVIII e XIX, quando existem determinadas condições para tanto. Primeiramente é preciso que haja uma **intenção de** se escrever uma literatura específica, este fator está ligado, é claro, à existência de um conjunto de produtores literários; aliado a isso, é preciso existir um **sistema imaginário** próprio de nação (com mitologia, heroísmo, condições de efabulação, etc.). Outro requisito é que haja um público **receptor** para essa produção simbólica.

A literatura nacional, nessas condições, atenderia ainda, segundo se depreende da obra de Candido, às demandas sociais por um **processo de civilização**. Para que este processo se efetue completamente é preciso que se crie e se transmita uma **tradição**.

No caso da literatura brasileira, a tradição primeira seria constituída pelo legado da geração dos árcades aos românticos que a ele tiveram que se referir, como as demais gerações do século XIX, fosse para negá-lo, fosse para o emular.

Se notarmos que a crítica literária no Brasil, consolida-se, enquanto gênero estruturado somente no século XIX, e se nos detivermos em apenas um nome: Machado de Assis, poderemos entender melhor o que o crítico paulista que dizer sobre tradição literária e diálogo entre gerações de escritores. Voltando ao texto usado como epígrafe, vejamos o que diz Machado da questão:

Quem examina a atual literatura brasileira reconhece-lhe logo, como primeiro traço, certo instinto de nacionalidade. Poesia, romance, todas as formas literárias do pensamento buscam vestir-se com as cores do país e não há negar que semelhante preocupação é sintoma de vitalidade e abono de futuro. As tradições de Gonçalves Dias, Porto Alegre e Magalhães são assim continuadas pela geração já feita e pela que ainda agora madruga, como aqueles continuaram as de Basílio da Gama e Santa Rita Durão. (...) Sente-se aquele instinto até nas manifestações de opinião, aliás mal formada ainda, restrita em extremo, pouco solícita, e ainda menos apaixonada nestas questões de literatura. Há nelas um instinto que leva a aplaudir principalmente as obras que trazem os toques nacionais. A juventude literária, sobretudo, faz deste ponto uma questão de legítimo amor-próprio. Nem toda ela terá meditado os poemas de Uruguai e Caramuru com aquela atenção que tais obras estão pedindo; mas os nomes de Basílio da Gama e Durão são citados e amados como precursores da poesia brasileira. A razão é que eles buscaram em roda de si os elementos de uma poesia nova, e deram os primeiros passos de nossa fisionomia literária, enquanto que outros, Gonzaga, por exemplo, respirando, aliás, os ares da pátria, não souberam

*desligar-se das faixas da Arcádia (...)Admira –se- lhe o talento, mas não se lhe perdoa o cajado e a pastora(...)*¹

Machado de Assis refere-se às condições que encontramos na reflexão de Antonio Candido apontadas acima: intenção enunciativa, público receptor imaginário nacional, e a tradição que passa através de gerações. Estas condições, Machado de Assis, em outras palavras, também as identifica no Arcadismo, fazendo uma ressalva importante para as obras desse período que seguem as normas do estilo neo-clássico, sem revelar cor local. Segundo Machado, estas também expressam “instinto de nacionalidade, mesmo sem tematizar o indianismo e a natureza brasileira. Logo nos dois críticos encontramos um ponto em comum: literatura com ares de representar projeto de nação só a temos no século XVIII.

Tanto Machado de Assis quanto Antônio Candido falam em civilização. Este último acredita que a tradição a qual Machado também se referia é responsável pela constituição da literatura "como fenômeno de civilização." ²

Aqui só vamos tratar da definição teórica dos conceitos de civilização e de cultura, na medida em que eles ajudem a compor a nossa auto-definição como projeto de nação. No século XIX houve uma expectativa da crítica literária e da inteligência do país em torno do projeto que foi acolhida pela literatura. Em torno de Gonçalves de Magalhães e do grupo de Paris, segundo ainda Antonio Candido, desenvolveu-se a idéia de se fazer uma literatura autenticamente brasileira:

Os contemporâneos intuíram ou pressentiram esse fato, arraigando-se em consequência no seu espírito a noção de que fundavam a literatura brasileira. Cada um que vinha - Magalhães, Gonçalves Dias, Alencar, Franklin Távora, Taunay - imaginava-se detentor da fórmula ideal de fundação, referindo-

¹ ASSIS, Machado. *Obras completas*. Vol.III. org. A. Coutinho. Rio de Janeiro, N. Aguilar, 1979. p. 802

² CANDIDO, Antonio. *Formação da lit. brasileira*. 4ª ed. São Paulo. Martins. S/d. p.24

se invariavelmente às condições previstas por Denis e retomadas pelo grupo da Niterói: expressão nacional autêntica. (CANDIDO, s/d.p.14)

Ao conceito de nação agregou-se o de povo, marcado desde o início pela complexidade de definição. O projeto identitário estaria sendo concebido em torno de uma negociação entre o desejo de se constituir a nação e a idealização das partes componentes do projeto, inclusive a idealização de povo. Dentro do ideal iluminista, progressista, é cabível a compreensão romântica de um povo fadado a um grande e nobre destino, de acordo com a perspectiva da construção nacional sob os auspícios da civilização.

Civilização é aqui compreendida como um projeto europeu. Não de toda a Europa, mas da França e da Inglaterra que teriam se constituído em modelo a ser seguido por todo o ocidente, como entende Norbert Elias:

*(...) este conceito [civilização] expressa a consciência que o Ocidente tem de si mesmo. Poderíamos até dizer: a consciência nacional. Ele resume tudo em que a sociedade ocidental dos últimos dois ou três séculos se julga superior a sociedades mais antigas ou a sociedades contemporâneas "mais primitivas" (...) "Civilização", porém, não significa a mesma coisa para diferentes nações ocidentais. Acima de tudo, é grande a diferença entre a forma como os ingleses e franceses empregam a palavra, por um lado e os alemães, por outro.*³

Assim, na perspectiva da literatura nacional, não se separa o conceito de nação do conceito de povo. No romantismo, a questão é idealizada, como já dissemos. Ao retratar o homem brasileiro, imaginariamente, como o índio nobre e natural – ideal de povo – os autores

³ ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Vol.1. trad. Ruy Jungmann. Apresentação de Renato J. Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.,1994. p.25.

efetuavam várias negociações e pactos. Fugiam da dura realidade de encarar o "povo" verdadeiro, o escravo. O negro e o mestiço, por muito próximos no contato cotidiano, e por denunciarem o tão pouco racional e iluminista sistema da escravidão, foram evitados pelos românticos e só povoaram a literatura como tema problematizado, nas páginas naturalistas, em uma idealização ao contrário.

Castro Alves, não podendo fugir ao tema, por opção, também constrói o negro mitificado, filho de Cã e Eloá da mitologia hebraica, que singra os mares nos navios negreiros para se tornar herói da melhor poesia épica do século XIX entre nós. Em poemas como "O livro e a América" e "O povo ao poder", percebe-se claramente a fusão entre as imagens de nação nova, os valores iluministas e civilizados e o conceito de povo nobilitado e fadado a um grande destino. Em "O livro e a América" está dito que os países europeus não chegarão a um futuro promissor através do livro, pois as guerras e as velhas soluções européias não são: "degraus do progredir". Os filhos do século das luzes seriam os nascidos nas Américas:

Filhos do sec'lo das luzes! / Filhos da grande nação! / Quando ante Deus vos mostrardes, / tereis um livro na mão.

(...) Por uma fatalidade / Dessas que descem do além, / O sec'lo que viu Colombo, / Viu Guttenberg também. / Quando no tosco estaleiro / Da Alemanha o velho obreiro / A ave da imprensa gerou... / O genovês salta aos mares ... / Busca um ninho entre palmares / E a pátria da imprensa achou...

Refletindo, ainda que rapidamente, sobre o conceito de *povo*, tomemos Marilena Chauí.

⁴ Nesta obra vemos que a autora lança mão das definições de **cultura** e de **civilização**, para

⁴ CHAUI, Marilena. Conformismo e resistência. Aspectos da cultura popular no Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1986.

melhor definir cultura popular. Chauí constrói o percurso significativo do termo cultura, desde o uso pelos latinos: **colere**, que se referia a cultivo e cuidado com as plantas, como também ao cuidado com crianças, sua educação (donde “puericultura”).

Aludindo ainda ao culto dos deuses e da memória dos ancestrais, e citando Hanna Arendt, a autora conclui que “cultura animi” era , na verdade, o espírito cultivado, inseparado da Natureza e do Sagrado. No século XVIII, Rousseau opõe os termos “Cultura” (bondade natural, ligação com a natureza e com o espírito) à “civilização” (artifício, sujeição do natural às regras da racionalidade convencional e decadente).

Como Marilena Chauí objetiva entender o “povo na política” e conceituar cultura popular, ela vai buscar na origem da formação do ideal republicano na Europa , o conceito de **popular**. Retomando a distinção romana entre Populus e Plebs, ideólogos como Jean Bodin, Maquiavel, Espinosa e outros, concebem Povo como instância jurídico-política legisladora e legitimadora de governos, enquanto Plebe indicaria a dispersão de indivíduos, não cidadãos, multidão anônima que “espreita o poder e reivindica direitos tácitos. ” (CHAUÍ, 1986 : 13)

Tomando a literatura brasileira a partir do Romantismo, podemos observar como vem sendo representado o conceito de povo através de estilos e de autores. Nosso objetivo é chegar a Rubem Fonseca, e a idéia no mínimo instigante transcrita na epígrafe: "escrevo sobre pessoas empilhadas nas cidades..."

No modernismo, para citar apenas dois enfoques, lembremo-nos de Macunaíma, da alegoria panamericana e da saída mítica, construída por Mario de Andrade em torno do herói sem nenhum caráter. Uma menção ainda a outros dois modernistas: Graciliano Ramos e Drummond. O primeiro com o enfoque no regional humanizado, reestrutura o imaginário ficcional com o seu povo de excluídos transitando pelo Nordeste brasileiro.

Drummond, principalmente com *A rosa do povo e Sentimento do mundo*, soube transpor o local em direção ao universal político-revolucionário. O povo nesses enfoques é o sujeito em luta contra a opressão, que conta com a solidariedade do poeta.

Podemos dizer que nem Graciliano, nem Drummond nas obras mencionadas se afastam do modelo de nação e de liberdade sonhados pelo grande pensamento iluminista.

A própria transfiguração do regional que Antonio Candido encontra em Guimarães Rosa (que "escrevendo com requinte" funda "uma nova espécie de literatura que ainda se articula de modo transfigurador com o próprio material do nativismo" ainda é, a nosso ver, pressuposta a partir da ótica epistemológica da modernidade.

Quanto a Rubem Fonseca, tanto no conto do qual foi retirada a epígrafe, quanto em seus últimos livros de contos, parece que estamos diante de novos parâmetros: a literatura não mais se oferece como mediadora entre as negociações em função do nacional. E a representação do povo, como se daria ela na ficção fonsequiana? A hipótese que se configura é que os marginais e as pessoas empilhadas nas cidades que são os personagens recorrentes de Rubem Fonseca, não alcançam o status de povo/populus citado por Marilena Chauí. Eles seriam mais coerentemente associados a povo/plebs, isso é aqueles que ficaram fora dos pactos habituais de formação de nação.

Antes de encerrarmos este levantamento de questões a que estamos procedendo, tomemos de um dos últimos livros de contos de Rubem Fonseca, o surpreendentemente intitulado *Histórias de amor* (1997), o conto "Cidade de Deus". A narrativa revela um caso chocante de violência: um traficante mata cruelmente uma criança, para atender a um pedido de sua mulher, que deseja vingar-se da mãe do menino.

Com o dedo bem na nossa maior ferida - a violência social descontrolada e absurda - este conto parece propor perguntas sobre o nosso frustrado sonho de civilização associado à idéia de

nação. Aliás o espaço referenciado no conto não é nem mesmo a cidade do Rio de Janeiro, mas apenas bairros, por onde sem lei nem rei, transitam os personagens do tráfico: a Barra da Tijuca, onde mora Zinho, o traficante com sua mulher, em meio à classe média alta ; a favela Cidade de Deus, onde acontece o crime, o bairro de Taquara, próximo à favela e assim por diante.

O que se poderia dizer sobre o projeto nacional, a partir da representação ficcional contida neste conto? Que ele certamente foi frustrado em seu ideal de civilização. A normatividade que esse projeto implicava foi confrontada pela informalidade, pela ilegalidade, e até pela barbárie. Tudo isso é verdade, mas o que talvez seja conveniente referir é que aquele projeto já trazia em si os germes da sua contradição.

Roberto Schwarz em um artigo muito esclarecedor sobre o livro *O elefante* de Francisco Alvim lembra que na formação social brasileira;

*(...) a regra da irregularidade é um paradoxo que condensa a condição moral e intelectual do país periférico, onde as formas canônicas do presente, ou dos países centrais, não são praticáveis na íntegra, sem prejuízo de serem obrigatórias como espelho e de darem a pauta.*⁵

Regras obrigatórias e não praticáveis na íntegra, esta situação paradoxal ajuda a entender a questão de que tratamos aqui: o retrato do Brasil e os elementos que o compõem permaneceram os mesmos para a literatura desde a época em que Machado escreveu *Instinto de nacionalidade*?

O próprio Rubem Fonseca ajuda a responder por meio de um outro conto , o "Nau Catrineta" que é uma apropriação de uma peça da literatura de navegação portuguesa. Este conto mostra como a violência conjuntural, associada aos sucessos mesmos da aventura das viagens e

⁵ SCHWARZ, Roberto. O país do elefante. *Mais. Folha de São Paulo*. 10/03/2002.p.8

da exploração das novas terras - no caso da "Nau Catrineta do Romanceiro, a violência se traduz pela necessidade de se comer carne humana, para não se morrer de fome no barco à deriva - vai-se tornando ao longo dos séculos uma prática inseparável da dominação de classe.

O assassinato e a devoração de uma mulher, a que José, o personagem central de "Nau Catrineta" de Rubem Fonseca se dedica de maneira ritualística, objetivando à manutenção do aparato gestual de uma classe não deixa dúvida de que os acontecimentos só parecem aleatórios quando vistos do ângulo da sincronia.

Assim também os crimes cometidos no presente de "Cidade de Deus" não se devem exclusivamente ao fato da falência do projeto civilizador entre nós. Na verdade, vista diacronicamente, a história desse processo civilizador deixa ver as escolhas violentas que foram feitas na sua implantação no Brasil. Violência sempre encoberta por discursos sedutores de civilização e formalidade.

A literatura produzida no Brasil desde os primórdios até o presente não cessa de revelar as verdadeiras causas da frustração do grande projeto civilizacional no Brasil. Talvez a resposta à falsa universalidade de um projeto etnocêntrico europeu seja o modelo específico de cultura, que, para o bem e para o mal, funciona entre a normatividade e a informalidade, como tão bem mostrou Roberto Scharwz no texto sobre "O elefante".

Entre o "instinto de nacionalidade" machadiano e a sensação de que "não há nem ao menos uma literatura brasileira" de Rubem Fonseca, neste lugar intermediário e problemático, o que se vê é que a literatura nunca deixou de propor questões.